

ABERTURA NEOLIBERAL COMPARADA EM BRASIL E ARGENTINA NOS GOVERNOS CARDOSO E MENEM

Rafael Hertel¹

Resumo

O presente trabalho visa identificar as diferenças da inserção do pensamento neoliberal nos dois maiores países do Cone Sul - Brasil e Argentina. Assim, partimos da ideia, concebida através da bibliografia pesquisada, de que abertura neoliberal foi extrema e rápida na Argentina, causando até hoje deficiências estruturais em sua economia. Por outro lado, o Brasil, cuja tradição desenvolvimentista que durou 60 anos contrastava com o novo paradigma neoliberal, ocorreu a aplicação de um neoliberalismo mais adaptado, com maior resistência da sociedade. Os principais focos de análise são os governos de Carlos Menem e Fernando Henrique Cardoso.

Palavras-chave: Argentina, Brasil, neoliberalismo.

Abstract

This study aims to identify differences in the insertion of neoliberal States in the two largest countries in the Southern Cone - Argentina and Brazil. We start with the idea, conceived through the researched bibliography, that neoliberal opening was extreme and rapid in Argentina, causing structural deficiencies in the economy. On the other hand, Brazil, whose developmental tradition that lasted 60 years contrasted with the neoliberal paradigm, the application of neoliberalism was more tailored, finding more

¹ Rafael Hertel é –graduado em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina e cursou matérias como aluno especial no curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: hertel.rafael@gmail.com

resistance from civil society. The most important focuses of analysis are the periods of Carlos Menem and Fernando Henrique Cardoso as presidents.

Keywords: Argentina, Brasil, neoliberalism.

INTRODUÇÃO

Escreviam no século XVIII alguns dos mais importantes teóricos liberais, ou clássicos, como Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus. Naquele contexto, eram comuns práticas como monopólios concedidos pelo governo britânico a empresas em diversos ramos da economia, assim como também era comum o estabelecimento de restrições alfandegárias a produtos de países estrangeiros em quase todo o globo. O comércio, no entanto, se tornava cada vez mais importante.

Vendo o mundo através da janela britânica, os teóricos liberais escreviam em um contexto de competição hegemônica entre França e Inglaterra, que chega ao fim com o Tratado de Viena de 1815, com a consolidação da hegemonia britânica.

A partir da derrota francesa na disputa da sucessão do sistema que se encontrava sob a égide das Províncias Unidas, inicia-se o que ficou conhecido como o “imperialismo de livre-comércio”, termo cunhado por John Gallagher e Ronald Robinson.² Segundo Arrighi (1996, p.53) essa suplantação de sistema ocorre em três níveis diferentes, porém inter-relacionados. A primeira dimensão desta mudança é o alinhamento de novos Estados, que tinham conseguido se libertar de velhas potências decadentes, às potências dinásticas e oligárquicas que já participavam do Sistema de Vestfália holandês, dando força a comunidades nacionais e fortalecendo os nacionalismos e opiniões e emoções coletivas nas discussões internacionais. Neste sistema, o Reino Unido emerge e para a interferir na política de praticamente todos os países do globo.

Em uma segunda dimensão, “a desintegração dos impérios coloniais no mundo ocidental foi acompanhada e sucedida pela expansão desses impérios no mundo não

² Gallagher, John and Robinson, Ronald, “The Imperialism of Free Trade,” *The Economic History Review*, Second series, Vol. VI, no. 1 (1953)

ocidental” (ARRIGHI, 1996, p.54), sendo que o domínio ocidental no mundo passou de cerca de 35% da superfície global no início do século XIX para 85% em 1914, ficando a Grã-Bretanha com a maior parte do quinhão. Nenhum império na história conseguiu dominar territórios tão numerosos ou populosos, pilhando populações inteiras. O recém acabado colonialismo renascia sob essa forma de imperialismo.

A consolidação da hegemonia britânica, estaria, segundo tese de Arrighi, condicionada à terceira dimensão - a superação do Sistema de Vestfália, que parte do princípio de que não havia nenhuma autoridade acima do poder interestatal. “O imperialismo de livre-comércio, ao contrário, estabeleceu o princípio de que as leis que vigoram dentre e entre as nações estavam sujeitas à autoridade superior de uma nova entidade metafísica – uma mercado mundial regido por suas próprias leis”. (ARRIGHI, 1996, p.55)

Arrighi deriva da história que o multilateralismo de livre-comércio existiu por apenas 19 anos, de 1870 a 1889, sendo interrompido pelo protecionismo alemão. O que existiu, segundo Arrighi, foi uma abertura unilateral da Grã-Bretanha aos produtos primários do mundo inteiro, em contrapartida às aventuras industriais que o império fazia por todo o globo. O resultado, segundo o autor, foi o controle, por parte da Grã-Bretanha, tanto do comércio mundial, quanto do equilíbrio de poder mundial.

A ideologia liberal serviu, nesse momento, para apresentar a expansão do poder dos governantes britânicos sobre os outros “como a força propulsora de uma expansão generalizada da riqueza das nações.” (ARRIGHI, 1996, p.58) Neste contexto, reforçaram-se ideias que denunciavam “abusos” que impediam o comércio, exaltou-se as vantagens de mercados de concorrência perfeita, o laissez-faire e as vantagens comparativas.

“O protesto contra essas restrições assumiu a forma de uma visão desejada de um comércio universal livre, e, partindo dessa visão, os fisiocratas na França, e Adam Smith na Grã-Bretanha, criaram a ciência da economia política. A nova ciência baseou-se primeiramente na negação da realidade existente, e em certas generalizações artificiais e não verificadas sobre o comportamento hipotético do homem econômico.

Na prática, alcançou alguns resultados altamente significativos e úteis. Mas a teoria econômica manteve durante muito tempo seu caráter utópico, e até hoje, alguns ‘economistas clássicos’ insistem em encarar o comércio universal livre – uma situação imaginária que jamais existiu – como postulado normal da ciência econômica, e toda a realidade como desvio desse protótipo utópico” (CARR, 2001, p.10)

O sistema inglês funcionaria bem até o final do século XIX, com a ascensão de atores como a Alemanha e os Estados Unidos da América.

1 O liberalismo embutido dos Estados Unidos

No regime pós Segunda Guerra Mundial, a liderança mundial começou a ser exercida pelos Estados Unidos, materializada após os acordos de Bretton Woods. Instituições supranacionais foram criadas nos âmbitos político, financeiro e jurídico.

Na reconstrução do mundo após a grande catástrofe que foi o conflito, intensificou-se a forma de Estado mais intervencionista, cujas políticas foram muito influenciadas pelas ideias do economista inglês John Maynard Keynes e na política de new deal de Franklin Roosevelt, que ficou conhecido como Estado de bem-estar social. O Estado deveria concentrar-se no pleno emprego e no crescimento econômico. As políticas do período coincidem com a chamada “época de ouro do capitalismo”, que duraria até os anos 1970.

A reação dos liberais a esse desvio veio pelos escritos de Friedrich Hayek, no seu texto de origem, O Caminho da Servidão, escrito em 1944, em que criticava a socialdemocracia e qualquer forma de intervenção e planejamento, porque seriam ameaças à economia, às populações e à própria democracia.

Os avanços teóricos na direção do que depois viria a ser conhecido como modelo neoliberal continuaram, com a criação da Sociedade de Mont Pèlerin, que contava com a presença de vários teóricos, entre eles, Milton Friedman.

“O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, de polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício”. (HARVEY, 2008, p.12)”

Mas as condições para a consolidação deste modelo “não eram de todo favoráveis, uma vez que o capitalismo avançado estava entrando numa longa fase de auge sem precedentes”. (ANDERSON, 1995, p.9) A ascensão dessas ideias está ligada à crise de acumulação do capital que se abate sob a economia avançada na década de 70, com a diminuição das taxas de lucro, crise do estado de bem-estar social e crise fiscal do Estado. “A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo”. (ANDERSON, 1995, p.10)

O neoliberalismo, diante da crise que se instaurava, ganhava força, até porque o planejamento central e o aumento dos gastos públicos do pós-guerra eram apontados como culpados pelo endividamento e pela crise fiscal.

A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais". (ANDERSON, 1995, p.10)

Considerado o primeiro país a instalar as ideias dessa nova ideologia, o Chile foi utilizado quase como um laboratório. Com a chegada de Pinochet através de um golpe de Estado ao poder, foram chamados para compor o governo um grupo de economistas que ficou conhecido como the Chicago boys, por sua adesão ao complexo teórico formulado por Milton Friedman, então professor na Universidade de Chicago. "Os Estados Unidos tinham financiado o treinamento de economistas chilenos na Universidade de Chicago desde os anos 1950 como parte de um programa da Guerra Fria destinado a neutralizar tendências esquerdistas na América Latina". (HARVEY, 2008, p.18)

Assim, a primeira contradição da ideologia que pregava as liberdades econômicas para combater o totalitarismo e aumentar o bem-estar social foi ter sido implantada por um governo de caráter autoritário, que ascendeu de uma forma não democrática. Pinochet levou os Chicago Boys para o seu governo, cujas ações iniciaram com a negociação de empréstimos com o Fundo Monetário Internacional e com a reestruturação da economia de acordo com suas ideologias. Como aponta Harvey, deu-se início às privatizações de ativos públicos e seguridade social, à liberação de recursos naturais para exploração, à facilitação de investimentos estrangeiros e ao comércio mais livre. "O direito de companhias estrangeiras repatriarem lucros de suas operações foi garantido" (HARVEY, 2008, p.18)

Aproveitando-se também da ideologia neoliberal, o Processo de Reorganização Nacional na Argentina, sob o comando de uma junta militar, também tentou dar espaço ao dogma. Personificada na atuação de Martínez de Hoz, o remédio neoliberal considerava que os problemas estavam nos custos de produção, que deveriam ser diminuídos através do "aumento da concorrência, do aumento da eficiência, da melhora

do abastecimento interno, da modificação dos padrões de demanda de consumo e, por fim, de acordos com setores empresariais para frear a inércia inflacionária” (RAPOPORT, 2011, p.10. tradução nossa).³

Os remédios para isso foram a diminuição de salários, uma forte diminuição dos gastos públicos e um câmbio altamente valorizado. Rapoport vê nesses remédios os responsáveis pelo crescimento da dívida Argentina, e o aprofundamento da recessão. A recessão se estendeu por “toda a década de 1980 e a inflação se tornou mais aguda até se transformar em hiperinflação (considera-se como tal quando os aumentos do nível geral de preços são muito elevados, sem nenhuma relação com as necessidades da economia real)”. (RAPOPORT, 2011, p.10. tradução nossa).⁴ O projeto não deslanchou.

A consolidação da ideologia neoliberal se deu com as eleições de Margaret Thatcher, na Grã-Bretanha em 1979 e Ronald Reagan, no ano seguinte nos EUA. No entanto, como aponta Harvey, o neoliberalismo convergiu para uma nova ortodoxia apenas nos anos 1990, no que veio a ser conhecido como o Consenso de Washington” (HARVEY, 2008, p.23), justamente na época em que é implantado nos dois países objetos desta análise, Brasil e Argentina, além de ganhar terreno por toda a América Latina. “A Argentina de Carlos Saúl Menem (1989-1999) pode ser tomada como protótipo de aplicação desses parâmetros, enquanto o Brasil de Cardoso manifesta hesitações quanto ao ritmo e à coerência a adotar diante do novo modelo de inserção internacional e organização interna”. (CERVO, 2008, p.82)

Mas quais foram as experiências essenciais entre as duas aberturas e porque os dois países têm características tão diferentes na atualidade?

2 Ascensão e queda neoliberal em Brasil e Argentina

Os países latino-americanos passavam, em sua maioria, por períodos de

³ “Que requería de un conjunto de medidas orientadas a la mejora de la competencia, el aumento de la eficiencia, la mejora del abastecimiento interno, la modificación de los patrones de demanda de consumo y, por último, acuerdos con sectores empresariales para frenar la inercia inflacionaria”, no original.

⁴ “La recesión se extendió a toda la década de 1980 y la inflación se agudizó hasta transformarse en hiperinflación (se considera como tal aumentos del nivel general de precios muy elevados y sin ninguna relación con las necesidades de la economía real)”, no original.

hiperinflação, a maioria desencadeada por crises de dívidas, resultadas dos esforços de modernização que haviam sido realizado nas décadas anteriores. A expansão econômica de países da América Latina foi considerável durante a realização deste esforço de modernização. “Enquanto suas populações dobraram, triplicaram ou quase quadruplicaram, suas economias cresceram, dez, vinte ou trinta vezes.” (DONGHI, 1993, p.404)⁵

Inserida em um contexto de liquidez internacional, a América Latina havia estabelecido níveis nada prudentes de endividamento durante o início da segunda metade do século XX, sendo os prazos de pagamento menores que o necessário para seus projetos criados se tornarem rentáveis. As taxas de juros, neste contexto, eram flutuantes.

Três fatos marcantes ilustram a vulnerabilidade a que estava sujeita a ordem econômica, a partir da década de 70. O primeiro foi a quebra do padrão dólar-ouro existente até então.⁶ Essa era uma das bases do sistema criado pelos acordos de Bretton Woods, e fora quebrada unilateralmente pelo país que a tinha ajudado a criar.

O segundo, foi a crise do petróleo, o que, obviamente, pressionou a balança de pagamentos dos países latino-americanos importadores de petróleo. O terceiro pode ser indicado pela súbita alta de juros já que fez com que os países latino-americanos se vissem “na impossibilidade de honrar o serviço de suas dívidas externas, serviço que passou a requerer, em média, a utilização de mais de 80% de suas receitas de exportação”. (BATISTA, 1994, 13) As dívidas latino-americanas dispararam de “US\$ 105 bilhões (1976) para US\$ 397 bilhões (1986), com México e Brasil sendo os maiores devedores”. (CHASTEEN, 2001, p.256) A estratégia de pagamento desta dívida fora montada “como concebida pelos credores com o aval do FMI (...). Não levaria em conta a capacidade de pagamento dos devedores e, conseqüentemente, as respectivas necessidades de desenvolvimento” (BATISTA, 1994, 16).

No Brasil, a importância das empresas estatais havia crescido significativamente até a década de 80, quando, na esteira dos fatores mencionados acima, “o superávit corrente das empresas públicas federais desapareceu” (BAER, 2002, p.133) Os gastos com

⁵ Referência encontrada em: CHASTEEN, John. América Latina: Uma história de sangue e fogo. Campus: São Paulo, 2008, p.265

⁶ O dólar forte teve impacto sobre a balança de pagamentos de países ao redor de todo o globo. Na América Latina, no entanto, o efeito foi nefasto.

juros e energia aumentaram, fazendo com que o governo retivesse “os preços de muitas empresas públicas como instrumento anti-inflacionário” (BAER, 2002, p.133) tornando seus caixas ainda mais deficitários. As contas do governo sangravam e veio a crise da dívida externa de 1982. Apesar de o Plano Cruzado ter dado um alívio momentâneo para a economia brasileira, seu fracasso resultou em estagnação e inflação desenfreada, tendo alcançado quatro dígitos durante quatro anos consecutivos.

Como mais uma tentativa de combater a inflação descontrolada, iniciaram-se as políticas neoliberais no Brasil. “Após o efêmero governo de Fernando Collor de Melo, ortodoxo na aplicação das medidas sugeridas pelo conjunto de instruções do centro, o pensamento e a prática política de Fernando Henrique Cardoso nortearam a nova fase.” (CERVO, 2008, p.79) Ao que parece, a criação do Plano Real e a estabilização da inflação catapultaram Fernando Henrique Cardoso ao Palácio do Planalto e como havia “crédito extra” pelo feito conseguido, FHC pode gastar cacife político dando continuidade às reformas neoliberais, muitas delas impopulares, iniciadas no governo Collor, que contradiziam parte da própria obra de Cardoso dentro da Teoria da Dependência.

A ideologia neoliberal, no entanto, contrasta com outro fato importante a ser considerado, que é a tradição histórica desenvolvimentista dos governos brasileiros. Neste contexto, o consenso neoliberal - uma fórmula mágica para a solução de todos os problemas através da retirada do Estado atuante na economia para mero espectador - precisava ser construído justamente num país onde a industrialização foi um projeto de Estado. Mudar o paradigma que historicamente tinha trazido resultados tão concretos ao país “para outro, não era uma decisão estratégica fácil de tomar. Mas o exemplo provocativo da vizinhança aguçou os mentores de mudança e o governo brasileiro acabou por aceitar a tendência da moda.” (CERVO, 2008, p.78)

Para FHC e sua equipe econômica os tempos haviam mudado. O governo brasileiro buscou aplicar as reformas em duas etapas. “Na primeira (...) implementou políticas de rigidez fiscal, retraiu o estado de bem-estar⁷ e retirou-se da esfera produtiva.

⁷ É digno de nota que a tentativa de instaurar no Brasil algumas soluções para as demandas sociais não chegam perto do Estado de bem-estar social europeu. Entre os programas sociais brasileiros mais importantes na época, podem ser citados o PIS/PASEP, que entre outras atribuições garante o seguro-desemprego, e o Prorural, que concedeu uma série de benefícios aos trabalhadores camponeses.

Na segunda (...) o Brasil procurou a transparência de gastos públicos e garantia para o investimento estrangeiros.” (SILVA, 2008, p.143) De qualquer forma, como combater naquele momento um presidente que tinha dado estabilidade macroeconômica ao caótico Brasil de então, carente há tempos tanto desta já descrita estabilidade quanto de homens públicos em quem confiar (vindo de um ditadura militar, uma eleição indireta cujo presidente faleceu antes da posse, um impeachment, o congelamento de poupanças e outras tentativas malucas de salvar o país)?

Ainda dentro desse contexto brasileiro, ao olhar para fora, o mundo caminhava a passos largos em direção às políticas recomendadas pelo Consenso de Washington. Todos eram neoliberais. Em uma análise geral, é notório que os neoliberais, em geral, reduziram

“drasticamente as tarifas sobre importações que os nacionalistas haviam criado para proteger as indústrias latino-americanas. Eles desregulamentaram os fluxos de capitais, por exemplo, removendo os limites de inspiração nacionalista à remessa de lucros das empresas multinacionais para fora do país a cada ano. Eles reduziram ou removeram os subsídios de inspiração nacionalista que tornavam os alimentos e serviços públicos básicos acessíveis aos pobres (os subsídios interferem com o livre-mercado). Os neoliberais também iniciaram ataques totais à inflação, que solapa substancialmente o funcionamento do mercado.” (CHASTEEN, 2008, p.256)

Na Argentina, a hiperinflação, segundo Rapoport, teve dois grandes picos, que se deram entre os anos de 1989, após a ruptura do plano de ajuste de Raúl Alfonsín, e 1990, que “começou com uma corrida monetária em dezembro de 1989, depois que um jornal financeiro revelou que o governo iria lançar um plano de dolarização. Em janeiro depósitos bancários foram congeladas e transformados em títulos estrangeiros (plano Bonex⁸)”. (RAPOPORT, 2011, p.11)

⁸ “Comenzó con una corrida cambiaria en diciembre de 1989, luego de que un diario financiero revelara que el gobierno lanzaría un plan de dolarización. En enero, los depósitos bancarios fueron congelados y transformados em bonos externos (plan Bonex)”, no original.

A Argentina havia saído “de seu período de ditadura militar pesadamente endividada e rigidamente aprisionada a um sistema de governança corporativista, autoritário e bastante corrupto” (HARVEY, 2005, p.114)

Com a chegada de Carlos Menem ao poder, tendo tomado posse “em julho de 1989, antes do previsto, tendo em vista o descontrole da economia, com uma hiperinflação que consumia a renda”(NEUTZLING, 2008, p.10) ficaram evidentes os novos rumos da economia argentina. Menem abriu o país “aos fluxos de capital externos, introduziu maior flexibilidade nos mercados de trabalho, privatizou empresas estatais e a seguridade social e equiparou o peso ao dólar a fim de controlar a inflação e dar segurança aos investidores estrangeiros” (HARVEY, 2005, p.114), no que ficou conhecido como Plano Cavallo, apoiado pela lei de conversibilidade, que tinha três características principais: “a fixação da taxa de câmbio em relação ao dólar (...); a conversibilidade (...) e a definição de um “lastro” para a moeda nacional”. (BATISTA, 2002, p.84) Ainda segundo análise de Batista, o modelo argentino era uma readaptação do “currency board (conselho da moeda) concebido no século XIX para as colônias africanas, asiáticas e caribenhas da Inglaterra”. (BATISTA, 2002, p.83) A partir das ações elencadas, “a hiperinflação que castigou o Brasil e a Argentina durante décadas foi espetacularmente detida”. (CHASTEEN, 2001, p.257).

“O denominado Plano de conversibilidade da Argentina transformou a moeda antiga, o austral, em peso, e estabeleceu sua paridade com o dólar americano, na base de um por um. Operacionalmente, o esquema montado trocava 10 mil austrais por um peso, que passava a ter valor igual a um dólar. De forma que o estoque de moeda manual, mais depósitos à vista, deveria ser exatamente igual ao saldo de reservas cambiais à disposição do banco central argentino”. (NEUTZLING, 2008, p.11)

O que impressiona no país foi como Carlos Menem “pode pôr em prática um ajuste estrutural sem precipitar conflitos políticos e sociais não manejáveis. (...) Isto foi o que constitui a singularidade do experimento de Menem” (BÓRON, 1995, p.17) . Menem abraçou-se com a classe empresarial. A lei de Reforma do Estado fixou um

marco para a privatização de empresas de telefonia, aviação, ferrovias, siderúrgicas, portos, aeroportos, petroquímicas, e basicamente tudo o que podia ser vendido, alcançando cerca de 10% do PIB argentino com as vendas, entre 1988 e 1997 (FAUSTO E DEVOTO, 2006, p. 491), mais que o dobro do valor obtido pelo Brasil no mesmo período (NEUTZLING, 2008, p.13). No período de 1990 a 1998 o governo argentino “vendeu 20 bilhões de dólares de empresas estatais, sendo 60% para estrangeiros”. (NEUTZLING, 2008, p.14)

Para o consenso, foi necessário a construção do pensamento neoliberal na população sobre os benefícios que teoricamente seriam causados pelas reformas.

“Argumentou-se, por exemplo, que ao reduzir a inflação e os desequilíbrios externos e melhorar a alocação de recursos, as novas políticas ortodoxas resultariam em um melhor desempenho econômico: que as economias livres de distorções provocadas pelas regulamentações estatais e pelo protecionismo atraem mais investimentos e, portanto, crescem mais rapidamente e que as privatizações rapidamente resultam em melhores serviços públicos para mais gente. Finalmente, enfatizou-se que as baixas taxas de inflação conseguidas pelas políticas fiscais e monetárias ortodoxas geram grande apoio por parte da população. A estabilidade monetária eleva o poder de compra dos assalariados, reduz drasticamente o “imposto inflacionário” e elimina as incertezas tanto para os produtores como para os consumidores.” (GERVASONI, 1998, p.4)

É interessante notar que pouco depois das reformas estruturais que salvariam o país, “o desemprego aumentou, pressionando para baixo os salários, ao mesmo tempo em que a elite usou a privatização para amealhar fortunas. O dinheiro entrou às catadupas no país e se expandiu de 1992 até que a crise da tequila se abateu sobre o México.” (HARVEY, 2005, p.114) “A economia que crescera a uma taxa média anual de 8% da segunda metade de 1990 à segunda metade de 1994, caiu em profunda recessão. O Produto Interno Bruto sofreu uma contração de 7,6% do último trimestre de 1994 ao primeiro trimestre de 1996” (SHARAPURA, 2002).⁹ O quadro pioraria ainda mais com as

⁹ Referência encontrada em: HARVEY, David. Neoliberalismo: história e implicações. Loyola: São Paulo. 2008. P.114.

crises do leste asiático, 1997, e russa, 1998. “Daí em diante, cresceram as evidências de que a Argentina era especialmente vulnerável à sucessão de choques internacionais que atingiam os mercados emergentes”. (BATISTA, 2002, p.84) No Brasil, os efeitos também foram observados.

“A crise mexicana de dezembro de 1994 sinalizou os riscos implícitos na adoção de uma política macroeconômica orientada pelo fundamentalismo liberal. Quer dizer: dependendo das circunstâncias internacionais, um desequilíbrio acentuado da balança comercial e de serviços poderia encontrar dificuldades de ser financiado por capitais externos. No caso em pauta, as reservas internacionais caíram de mais de 41 bilhões de dólares, em outubro de 1994, para 31,4 em junho de 1995, tendo-se reduzido 1,2 bilhões apenas entre fevereiro e março”. (SALLUM, 1999, p.34)

Assim, o otimismo que tinha sido conseguido pela estabilização monetária comprometeu-se com a mesma crise fortalecendo “a corrente inspirada no liberal-desenvolvimentismo.” (SILVA, 2008, p.125)¹⁰

Nessa versão de liberalismo também dá-se prioridade à estabilização monetária, mas a urgência com que ela é perseguida aparece condicionada aos efeitos potenciais destrutivos que as políticas anti-inflacionárias ocasionarão no sistema produtivo. Por isso, combate-se o radicalismo dos fundamentalistas, exigindo-se um câmbio não apreciado, para evitar déficits na balança de transações correntes (comercial e de serviços), e juros mais baixos para não desestimular a produção e o investimento. De outra forma: a combinação de câmbio menos valorizado e juros “razoáveis” não permitiria uma queda tão brusca da inflação, mas provocaria menos desequilíbrios da economia doméstica em relação ao exterior e, assim, menor dependência de aportes de capitais estrangeiros para equilibrar o balanço de pagamentos. Este desenvolvimentismo continua industrializante, mas seu foco ampliou-

10 Sallum acredita que fariam parte desta corrente, o ministros José Serra, Luiz Carlos Mendonça de Barros e Luiz Carlos Bresser Pereira e o Secretário de Política Econômica e, depois, da CAMEX, José Roberto Mendonça de Barros. Fora do governo, diversos economistas como Antônio Delfim Neto, Luiz Nassif e Celso Pinto apoiam as ideias consideradas pelo autor como liberal-desenvolvimentismo.

se para incluir as atividades produtivas em geral, desde a agricultura até os serviços. (SALLUM, 1999, p.34)

FHC afirmava que “o mercado é uma realidade inescapável, aloca recursos e benefícios sob o imperativo da eficiência capitalista.” (CARDOSO, 1998, p.6) Concluía-se assim, que as reformas que aconteciam no Estado brasileiro fortaleceriam o Estado através da estabilidade econômica e da organização das finanças públicas. No entanto, em seu texto concorda que “não é o mercado que garante, como subproduto, a redistribuição de rendas ou o bem-estar social (a seguridade — saúde, assistência social e previdência) e a coesão da sociedade”. (CARDOSO, 1998, p.6)

“Frente às consequências real ou potencialmente negativas do fundamentalismo liberal, desde março de 1995 até o final de 1998, o governo passou a tomar medidas compensatórias, tais como: criação do sistema de bandas cambiais móveis, desvalorização nominal e depois real, embora suave, do câmbio, aumento de tarifas alfandegárias para alguns produtos industriais, política industrial para o setor automotivo, ampliação extraordinária do volume de empréstimos pelo sistema do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social com taxas especiais de juros (taxas de longo prazo), programação de investimentos em parceria com a iniciativa privada de recuperação da infraestrutura econômica do país (Programa Brasil em Ação), programas de estímulo à exportação, seja por isenção de impostos para produtos agrícolas, seja por financiamento a juros subsidiados, renegociação das dívidas agrícolas, programas especiais de financiamento para setores industriais selecionados, de financiamento para pequenas e médias empresas e assim por diante”. (SALLUM, 1999, p.34)

Isso porque, ao tentar ser implantada em sua total ortodoxia, a ideologia neoliberal teve que enfrentar uma forte burguesia acostumada com a proteção do Estado e um “movimento social político de esquerda com capacidade de resistência superior aos outros países da região. Desta forma, o neoliberalismo avançava no Brasil com um caráter matizado, dado sua incapacidade inicial de se projetar hegemonicamente”. (SILVA, 2008, p.120) É fato que foram privatizadas as empresas de telefonia e grandes estatais, como a Vale do Rio Doce. Mas as “joias da coroa” (como Banco do Brasil, Caixa Econômica

Federal e Petrobrás) não foram. A resistência também foi forte o suficiente para manter diversas universidades públicas.

Partes do programa empolgavam determinados setores, mas não na sua aplicação completa. “A burguesia industrial defendia o desmonte da legislação trabalhista e o programa de privatizações (...), entretanto, esses setores empresariais se mostravam reticentes com a abertura total e incondicional da economia”. (SILVA, 2008, p.123). A classe média também se identificou com apenas parte do projeto, que liquidaria “o Estado parasitário, cartorial e empreguista, que absorvia (...) os precários recursos da nação e os colocava à disposição de uma casta de privilegiados”. (SAES, 2001 p.9)¹¹ Mesmo assim demonstrava-se contra o fim dos direitos trabalhistas. “Por fim, os ruralistas (...) manifestaram-se em geral a favor dos três pilares do programa neoliberal (desregulamentação, privatizações e abertura)” (SILVA, 2008, p.123) Entretanto, se opunham ao projeto neoliberal de liquidação de subsídios estatais à produção agrícola.

No país vizinho, ao fim do primeiro governo de Menem, a situação já se deteriorava. A explicação era a “crise da tequila” que se abateu sobre o México. Na esteira da crise, o Fundo Monetário Internacional condicionou perdão de dívidas aos países afetados.

“Por volta de 1994, cerca de dezoito países (como México, Brasil, Argentina, Venezuela e Uruguai) aceitaram acordos que previam o perdão de 60 bilhões de dólares de suas dívidas. Naturalmente, tinham a esperança de que esse alívio da dívida iria provocar uma recuperação econômica que lhes permitiria pagar num momento oportuno o resto da dívida. O problema estava no fato de o FMI ter imposto aos países que aceitaram esse pequeno perdão da dívida (quer dizer, pequeno em relação ao que os bancos poderiam ter concedido) que engolissem a pílula envenenada das reformas institucionais neoliberais. A crise do peso de 1995, a crise brasileira de 1998 e o total colapso da economia argentina eram resultados previsíveis”. (HARVEY, 2005, p.85)

¹¹ Referência encontrada em: SILVA, André Luiz Reis da. Do Otimismo Liberal à Globalização Assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Porto Alegre: UFRGS. 2008. P.122.

Na Argentina, a dívida “mais do que dobrou entre 1995 e setembro de 2001, enquanto as reservas de moeda estrangeira desapareciam rapidamente.” (HARVEY, 2005, p.115) “Em janeiro de 1999, o Brasil também desvalorizou o câmbio e abandonou o regime de bandas cambiais, o que acabou piorando o saldo comercial argentino”. (NEUTZLING, 2008, p.17) O dólar iniciava sua escalada no Brasil até atingir R\$ 3,60 em 31 de julho de 2002. Neste mesmo dia, FHC, que já vinha demonstrando um certo descontentamento com os rumos da globalização “criticou a especulação financeira, fez um apelo por uma globalização mais solidária e disse que os povos e nações valem mais que mercados.” (SILVA, 2008, p.154) “A crise mexicana do fim de 1994, a crise asiática de 1997 e a moratória da Rússia, de agosto de 1998, deram lugar a ataques especulativos do tipo mencionado”. (SALLUM, 1999, p.21)

“O FMI, que apoiara o atrelamento ao dólar e se opusera firmemente à desvalorização temendo consequências inflacionárias (...) resgatou a Argentina com um empréstimo de 6 bilhões de dólares (o segundo maior da história do FMI)” (HARVEY, 2005, p.115) “Em 2000 e 2001, o presidente De la Rúa, eleito em oposição ao desgastado governo Menem, insistiu em preservar, a todo o custo, o regime monetário-cambial.” (BATISTA, 2002, p.90) Ironicamente De la Rúa reconduziu Cavallo ao cargo de ministro da Economia. “A situação beirava o inacreditável: De la Rúa, que havia sido eleito como candidato da oposição a Menem, confiava a condução da economia ao principal responsável pela estratégia econômico-financeira do seu antecessor”. (BATISTA, 2002, p.90) A desconfiança cresceu com relação ao sistema financeiro argentino, levando a saques e fuga de capitais. Ao final, o governo bloqueou os depósitos públicos, em “uma das últimas medidas do governo Fernando De la Rúa. Essa decisão não só destruiu a confiança no sistema bancário, como acabou sendo um dos principais estopins de uma crise política que levaria ao fim prematuro do governo”. (BATISTA, 2002, p.90) O empréstimo que havia sido concedido pelo FMI não seria suficiente e o país declarou moratória.

“Os distúrbios que se seguiram deixaram 27 mortos e o presidente De La Rúa renunciou, junto com Domingo Cavallo, o arquiteto de sua política econômica. Em 6 de janeiro de 2002, o novo presidente, Duhalde, abandonara o atrelamento ao dólar e desvalorizara o peso. Mas também

decidiu congelar todas as contas de poupança acima de 3000 dólares e acabou por tratar os depósitos em dólar como se fossem pesos, o que reduziu a poupança a cerca de um terço de seu valor anterior. Dezesseis bilhões de dólares em poder de compra foram transferidos dos poupadores aos bancos e, por meio destes, à elite político-econômica. As consequências em termos de descontentamento social foram dramáticas e de amplo alcance: o desemprego disparou e a renda desabou, fábricas ociosas foram ocupadas e reativadas por trabalhadores militantes, estabeleceram-se comitês de solidariedade de bairros para buscar melhores meios coletivos de sobrevivência e os piqueteiros foram para a rua e bloquearam as redes de transporte, mobilizando-se em torno de exigências políticas essenciais. (HARVEY, 2005, p.115)

Nestor Kirchner assume o governo argentino após o enorme descontentamento popular elegê-lo presidente. O presidente fez uma proposta de pagamento da dívida internacional de 25 centavos por dólar em um montante total de 88 bilhões. “É digno de nota o fato de Kirchner não ter em sua equipe econômica um único economista treinado nos Estados Unidos”. (HARVEY, 2005, p.116)

Do ponto de vista brasileiro, a abertura internacional, pretendida por Fernando Henrique Cardoso e sua equipe, tomou uma direção só, não recebendo a contrapartida pretendida dos países desenvolvidos. A globalização, a Alca e o FMI foram os estopins para a desconfiança de uma grande parte da nação, cujo descontentamento levou à presidência Luís Inácio Lula da Silva, um ex-torneiro-mecânico, líder sindical a quem a classe média temia, considerado radical e que já havia perdido três eleições. O discurso assumido contra o paradigma neoliberal e a convulsão social causados pelo início das reformas pode ser um indício da razão pela qual Lula se elegeu.

“Ironicamente, as experiências neoliberais do Brasil e de outros países vizinhos, em vez de trazer solução para o déficit das contas nacionais como se propunha, agravaram-no. Sem projeto de desenvolvimento e sem recursos, a era Cardoso, era dos normais, provocou a estagnação da economia brasileira e interrompeu um ciclo de sessenta anos de desenvolvimento caracterizado pelas mais elevadas taxas de crescimento entre os países do mundo capitalista.” (CERVO, 2005, p. 81)

É interessante salientar que foi à partir da negociação da Alca “que o governo Fernando Henrique começou uma reorientação” (SILVA, 2008, p.161). E é a partir de 2002 que começa-se a perceber no discurso do eclético FHC um tom mais crítico em relação à globalização. A abertura parecia assimétrica.

“Em agosto de 2002, (...) Fernando Henrique Cardoso afirmou que o mundo havia enlouquecido. Na realidade, o desabafo se referia ao comentário do secretário do Tesouro dos EUA, alguns dias antes de visitar o Brasil, em entrevista a uma TV norte-americana, que Brasil, Argentina e Uruguai precisavam implantar políticas adequadas para evitar que os empréstimos externos recebidos fossem parar em contas na Suíça. Posteriormente, O´Neill recuou e fez elogios à economia brasileira. Em entrevista, FHC disse que o Brasil ‘já apertou tanto as contas, que não sabe mais onde para se ajustar a um mundo que enlouqueceu. Para o presidente, a globalização como estava só provocava uma sensação, ou desilusão, ou de revolta.” (SILVA, 2008, p.154)

As eleições de Lula no Brasil e Nestor Kirchner na Argentina, sepultaram as aspirações neoliberais nas duas maiores economias da América do Sul. O projeto Alca foi igualmente enterrado. O país do prata ensaiou uma recuperação em 2004, mas atualmente sofre com a inflação e constantemente briga com o FMI. O governo Lula deixou o Brasil na sétima posição entre as economias mundiais, com reservas internacionais, aumento da renda da população e como credor internacional, coisa que parecia difícil na época de sua eleição.

Talvez o pacote neoliberal tenha sido tão mais extremo na Argentina que ainda hoje sentem-se os efeitos da corrosão econômica deixada por ele. “Essa experiência de queda de montanha-russa da Argentina com a neoliberalização ilustra à perfeição a relação bem pequena entre a teoria neoliberal e a prática da neoliberalização.” (HARVEY, 2005, p.116) Mas no Brasil o pacote veio apenas em partes. Afinal, no Brasil, privatizaram-se muitas estatais, mas não as joias da coroa – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobrás, por exemplo. Muitas Universidades continuaram públicas e a legislação trabalhista segue ainda muito do que foi conseguido na Era Vargas. E embora ressaltem-se os benefícios das privatizações das empresas telefônicas, hoje, no país, não há mais partido que assuma o discurso das privatizações de empresas nacionais como as citadas acima.

CONCLUSÃO

Se o período de crise na Europa foram mesmo as duas Guerras Mundiais e os vinte anos que as separaram, como apontado na obra de Edward H. Carr, pode-se dizer que os vinte anos de crise da sociedade latino-americana foram as últimas duas décadas do século XX. A primeira pela inflação descontrolada vinda na esteira da Crise do petróleo e das crises das dívidas, e pela interrupção de décadas de crescimento contínuo e a segunda pela convulsão social, desemprego, exclusão social e descontentamento causados após o remédio neoliberal. Ao invés de promover a renovação das empresas nacionais, “transformando nossas carroças em carros”, muitas empresas quebraram por não estarem preparadas para abertura rápida, sem medida e sem contrapartida. A contrapartida dos países mais desenvolvidos nunca veio.

O mantra neoliberal seduziu desde ditadores a políticos de esquerda que assumiram diversos países. O ex-presidente brasileiro é um grande exemplo de como essa ideologia seduziu intelectuais na época. Sendo considerado um dos grandes pesquisadores marxistas de todos os tempos no país, teórico da dependência, assumiu o governo pelo Partido da Social Democracia (que na Europa tem um caráter de esquerda), realizou um governo de direita (pois devia estar convencido na época que aquele era o melhor remédio para a cambaleante economia no país), e antes mesmo de conseguir implantar todo o paradigma neoliberal, assume um discurso contra a globalização que se tornava assimétrica, desconfia da Alca e, por fim, não consegue reeleger seu sucessor.

No país vizinho, o trauma do governo Menem está hoje associado na cultura popular aos mufas (pessoas cujo nome não deve ser dito porque traria azar). E por mais que a economia Argentina por vezes cambaleie, a presidente Cristina Kirchner se reelegeu com uma votação histórica, cerca de 35 pontos percentuais acima do concorrente – “a maior vantagem do primeiro para o segundo colocado em uma eleição presidencial desde a restauração da democracia no país em 1983”. (FOLHA, 2011)

Enquanto na Argentina, Kirchner abandona radicalmente os preceitos do neoliberalismo, com maior recuperação da intervenção do Estado na economia e maior radicalização dos conflitos sociais, no Brasil, o Governo Lula vai assumir o que Amado

Cervo chama de Estado Logístico, que quebra um pouco o modelo anterior por meio de programas de deslocamento de renda e recuperação da autonomia decisória na área externa, apesar de prezar pela estabilidade monetária. (A seguir, algumas diferenças do neoliberalismo entre Brasil e Argentina)

	Brasil	Argentina
Políticas Implementadas	Elevadas taxas de juros, abertura comercial e financeira desordenada, reformas tributárias, administrativas e previdenciárias, quebra de diversos monopólios, (mas não todos), tratamento isonômico entre empresas nacionais e estrangeiras.	Elevadas taxas de juros, liberalização do sistema financeiro; suspensão das leis que beneficiavam a indústria nacional; estímulo a operações financeiras em dólar, liberalização do mercado de câmbio e que eliminou impostos e outras restrições às operações com títulos mobiliários no país; definiu o BRCA (Banco Central da República Argentina) como autoridade monetária independente; liberalizou a entrada de novas instituições financeiras nacionais no mercado argentino. (HERMANN, 2001, p.8)
Política Monetária-Cambial	Altas taxas de juros, regime de bandas cambiais.	Altas taxas de juros, <i>currency board</i>
Privatizações	Privatizações Embraer, Companhia Vale do Rio Doce, Telebrás, Light e Companhia Siderúrgica Nacional, além de alguns bancos estaduais e concessões de pedágio. Não foram privatizados: universidades, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, portos, Petrobrás, Eletrobrás, Correios, aeroportos, entre outros.	Aerolíneas Argentinas, Entel (telefonía), Yacimientos Petrolíferos Fiscales, Gas Del Estado, usinas atômicas (Atucha I e Atucha II), canais de TV estatal, empresas de saneamento e esgoto, correios, concessão de pedágios, entre outras. (NEUTZLING, 2008, p.10)

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BAER, Werner. A economia brasileira. 2ed. São Paulo. Nobel, 2002.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. Argentina: uma crise paradigmática. Estud. av. [online]. 2002, vol.16, n.44, pp. 83-96. ISSN 0103-4014.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Disponível em: http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf. 1994.

BORÓN, A. El experimento neoliberal de Carlos Saul Menem. En Borón, A. et al.: Peronismo y Menemismo. Ediciones El Cielo Por Asalto. Buenos Aires, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. Notas sobre a reforma do Estado. Revista Novos Estudos. n° 50. Março de 1998.

CARR, Edward Hallet. Vinte anos de crise: 1919 – 1939. Uma introdução das relações internacionais. Brasília: Universidade de Brasília. 2ª ed. 2001

CERVO, Amado Luiz. Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva. 2008

CHASTEEN, John Charles. América Latina: Uma história de sangue e fogo. Rio de Janeiro: Campus. 3ª ed. 2001.

DONGHI, Tulio Halperin. The contemporary history of Latin America. Durham: Duke Univ. Press. 1993

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Editora 34, 2004.

Folha de São Paulo. Cristina Kirchner se reelege na Argentina com votação histórica. 24 de outubro de 2011. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/mundo/995476-cristina-kirchner-se-reelege-na-argentina-com-votacao-historica.shtml

ERVASONI, Carlos. Del Distribucionismo al Neoliberalismo: Los Cambios en la Coalición

Electoral Peronista durante el Gobierno de Menem. Latin American Studies Association. Chicago. 1998

HARVEY, David. Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola. 2008.

HERMANN, Jennifer. A experiência argentina de liberalização financeira nos anos 1990: uma análise crítica: Disponível em http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/a_experiencia_argentina_de_liberalizacao.pdf. 2001

NEUTZLING JR, J. Argentina: Crise e Ressurreição. Rev. Análise, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 4-27, jan./jun. 2008.

RAPOPORT, Mario. Una revisión histórica de la inflación argentina y de sus causas. In: Aportes de la Economía Política en el Bicentenario. J.M.Vázquez Blanco y S. Franchina (comp.), Ed. Prometeo, Buenos Aires, 2011, pp. 135-165. ISBN, 978-987-574-475-2.

SAES, Décio. República do capital: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial. 2001.

SALLUM Jr., Basílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. In: Tempo Social, Rev. Sociologia USP, S. Paulo, 11(2): 23-47, out. 1999

SHARAPURA, S. What happened in Argentina? Chicago Business Online, 28 de maio de 2002. Disponível em: www.chibus.com/news/2002/05/28/worldview.

SILVA, André Luiz Reis da. Do Otimismo Liberal à Globalização Assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Porto Alegre: UFRGS. 2008